



VILA REAL S<sup>to</sup> ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 11/Quadriénio 2017-2021

Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes, **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **João Manuel Lopes Rodrigues**, Primeiro Secretário, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU, nomeadamente **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, **José Estêvão Correia da Cruz**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **Vasco Ricardo Salas Vasques**, **Miguel Moreira da Costa**, **Vilma Sara Flores Dourado**, **Vera Lúcia Romão Corvo**, **João Carlos Calvinho Lopes Viegas**, **Patrícia Isabel Fernandes Leal**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Sónia Isabel Pereira Vasques**, **Armando José Parra da Silva**, **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**, **Joel David Ferreira da Cruz**, **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança**, **António José Cardoso Gomes**, **Raúl Jorge Belião Nogueira**, **Ricardo Catarino Serrano dos Reis** e **Luís Filipe Antunes Rodrigues**, e conforme Edital de 11 de fevereiro de dois mil e dezanove reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. -----

**ABERTURA DA SESSÃO:** O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada da CDU **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues** foi substituído por **Vasco Ricardo Salas Vasques** e **Gabriela Alexandra Gonçalves**, substituída por **Patrícia Isabel Fernandes Leal**, na bancada do PSD **Lara Sofia Vairinhos Rosa** foi substituída por **Joel David Ferreira da Cruz** e na bancada do PS **João Carlos Calvinho Lopes Viegas** foi substituído por **Joaquim Pena Vasques**.-----

Deu-se início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos da Ordem do Dia.-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;-----
2. APROVAR O PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;-----
3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NA RUA DE ISLA CRISTINA, FREGUESIA DE MONTE GORDO;-----

70

4. AUTORIZAÇÃO PARA A CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL – NEUREIFEN EMPREENDIMENTOS, S.A.;-----
5. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.-----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** começou por perguntar se a Mesa da Assembleia tinha alguma resposta da Câmara Municipal, relativamente aos requerimentos de documentação que tinha efetuado, nomeadamente a cópia dos balanços, o requerimento sobre o trabalho feito por uma empresa designada “Tempestade Cerebral” e Tween Pixel, e o Requerimento sobre pedido de revisão do PAM. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu dizendo não tinha chegado à Mesa da Assembleia a resposta aos requerimentos efetuados. O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** prosseguiu, começando por lamentar não estar aqui a resposta aos requerimentos que estão pendentes e disse que iria novamente fazer chegar à Mesa o pedido dessa informação. Entregou à Mesa da Assembleia um documento que pediu que ficasse em anexo da ata, e que disse ser uma fotocópia da página trinta e oito do Relatório de Auditoria, pedido pela Câmara Municipal em janeiro de 2006, a uma Sociedade de Revisores de Contas de nome Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados. Disse fazer este pedido para ver se, de uma vez por todas, se limpa aquela imagem de uma herança terrível, ou eventualmente envenenada que teria sido deixada pela gestão do ex-Presidente de Câmara e eleito pelo Partido Socialista, uma vez que se falou aqui muitas vezes destas dívidas herdadas e o Partido Socialista defendia que a dívida era de um determinado montante, cerca de oito milhões de euros, depois veio a dizer-se que eram doze milhões, depois que eram vinte, e, por fim, já ia nos trinta. E, se o tempo continuasse, provavelmente ainda subiria um pouco mais. Isto é como tudo: a verdade dos números não engana, os números tinham sido aprovados e, de facto, a dívida aprovada foi de oito milhões e depois há uma auditoria em que realmente essa dívida aumenta, mas não aumenta nem para doze, nem para vinte, nem muito menos para trinta milhões, como aqui foi afirmado por algumas pessoas que estão sentadas nas diversas bancadas que aqui temos. E, portanto, de forma a tentar evitar de novo a utilização de números, e números indevidos, e sem entrar em discussão sobre o mérito ou demérito de algumas das opções tomadas em termos do relatório, o que é facto é que a pesada herança, de acordo com a página trinta e oito do relatório de auditoria, pedida em janeiro de dois mil e seis, curioso que quando se pediu aqui uma auditoria a contas da Câmara nunca foi mencionado este relatório, é uma anotação

*Umas*

72

curiosa, foi mencionado quando foi entregue, foi entregue ao fim de doze anos e há uma pessoa que tem mérito nisso e essa pessoa é a Sra. Presidente de Câmara. Isto também é preciso que fique registado. E, portanto, a pesada herança, repetiu, é de dez milhões quinhentos e oitenta e sete mil seiscientos e cinco euros e noventa e quatro cêntimos, depois de auditada. Caem assim por terra os doze milhões, os vinte milhões, os trinta milhões. E perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia, porque, em agosto de dois mil e dezoito, foi remetido às diferentes bancadas uma cópia do Relatório Preliminar do IGAMOT sobre uma questão de Planos de Pormenor de Monte Gordo. Gostaria de saber se já foi recebido, ou não, o relatório final porque acha muito estranho que passado tanto tempo se continua sem se saber qual foi o relatório final elaborado pelo IGAMOT. Perguntou também à Sra. Presidente da Câmara Municipal, uma vez que ela se tinha referido a este assunto na última sessão da Assembleia Municipal, qual foi o montante *grosso modo* das verbas devolvidas aos comerciantes que adjudicaram os espaços comerciais. Perguntou ainda como seria o processo de internalização da SGU. Pelas diversas informações, intervenções e por aquilo que tem lido, aparentemente a SGU vai ser extinta e, portanto, gostaria de saber exatamente quais são os motivos que levam a essa decisão e, fundamentalmente, saber duas coisas: se se trata de uma imposição do FAM ou se se trata de uma opção estratégica, se há uma data para indicar a conclusão do processo e, finalmente, se se está em condições de garantir, caso seja feita a extinção da SGU, como parece, se há capacidade da Câmara de absorver a totalidade do pessoal que trabalha neste momento na SGU.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que o documento entregue pelo Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** seria anexado à ata. Disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal responderia em tempo oportuno às questões que lhe foram colocadas. Declarou que todos os documentos que a Mesa recebe são remetidos às bancadas e, portanto, informava, assim, que não tinha chegado à mesma nenhum documento relativo ao assunto referido e que, eventualmente, a Sra. Presidente da Câmara Municipal poderia pronunciar-se sobre essa questão ou processo. Insistiu que dava conhecimento de todos os documentos, exceto se se tratasse de cartas anónimas, porque essas eram tratadas como coisas que não existem, como a que fora recebida nessa semana e que dizia que se ia verificar se, na sessão da Assembleia, seriam tratados os assuntos que ali eram apresentados. De resto, todos os documentos que chegam à Mesa são enviados às bancadas.-----

W. J. S.



*pe*


A Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** perguntou à Sra. Presidente da Câmara Municipal quando é que seria homenageado o Sr. Manuel Gomes, Manuel do Rio. Lembrou que, após o seu falecimento, aqui na Assembleia, através do Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita**, com o natural apoio de todas as bancadas, se havia proposto dar o seu nome a esta sala. Disse nem valer a pena repetir o Homem, com letra grande, que foi, as qualidades que tinha, para além da forma como se exprimiu nas suas obras, nosso conterrâneo, com uma simpatia e delicadeza que a todos causava muita empatia. Sugeriu que seria oportuno fazê-lo no dia da Cidade, no dia treze de maio.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que a Assembleia Municipal estava em condições de poder acolher a sugestão apresentada pela Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** e que era uma questão que se poderia tratar entre as bancadas e que seria um gesto adequado por parte da Assembleia.-----

O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** disse que pedia uma resposta a um requerimento que tinha enviado à Mesa da Assembleia Municipal e que se referia à questão dos trabalhadores que não tinham sido transferidos para as Águas de Vila Real por não concordarem com a mudança de empresa e que a Câmara Municipal pretende que seja cessado o contrato de trabalho, alegando extinção de serviço. E o que a CDU gostaria de saber é se a Câmara Municipal já tinha resposta para o requerimento, onde tinha perguntado se, dada a experiência que possuem, os sacrifícios que fizeram ao longo dos anos de serviço para manter o abastecimento de água, aquando das avarias do sistema, se a atual maioria não concorda em integrá-los nos quadros do município. Colocou ainda uma segunda pergunta sobre os trabalhadores da SGU: em recentes declarações a Sra. Presidente da Câmara Municipal admitiu que era provável a sua internalização. Significa a palavra "internalização" que se encontra já em equação a extinção da SGU, ainda que tenha afirmado que tal não seria antes do final do ano. Assim, a CDU gostaria de saber se tinha mais alguma informação relevante para o esclarecimento desta Assembleia Municipal, designadamente sobre a incapacidade de liquidação da elevada dívida da SGU e, ainda mais, das consequências desta situação na sustentabilidade na dívida do município. Disse que queria deixar um alerta. Apresentou uma cópia de um jornal que era dirigido pelo patrono desta Biblioteca Municipal, António Vicente Campinas, de três do dois de mil novecentos e trinta e cinco, em que é feito um anúncio do Grande Hotel Guadiana, *o melhor e mais confortável do Sul do país*. Queria deixar um alerta a esta Assembleia Municipal para

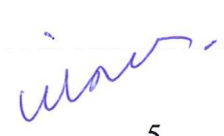
*Viana*





reflexão de todos. Esse alerta é sustentado pelo risco que estamos a correr devido ao facto de se estar a considerar a remodelação do Hotel Guadiana como uma pedra de toque que vai impulsionar o turismo em Vila Real de Santo António. O Grande Hotel Guadiana foi fundado em mil novecentos e vinte e seis, tinha então o objetivo de servir de alojamento a quem necessitava de pernoitar em Vila Real de Santo António devido às suas relações comerciais e industriais e, em mil novecentos e trinta e cinco, a Direção deste hotel anunciava que era o melhor e o mais confortável do sul do país, destacando-se como alojamento para os excursionistas, em especial aqueles que vinham às amendoeiras em flor do Algarve. Nos princípios dos anos noventa, o Sr. Vitorino Afonso Agostinho, já falecido e que deixou herdeiros, que se julga saber ainda litigantes, investiu na sua remodelação com capitais próprios cerca de quinhentos mil contos, mais ou menos dois milhões e quinhentos mil euros, remodelando e dotando das infraestruturas mais modernas e adaptadas à nova legislação hoteleira da época. Em todos estes anos que esteve aberto, o Hotel Guadiana sempre se manteve na vanguarda de cada período em que foi construído, não sendo, porém, polo dinamizador, nem isso se poderá pretender que seja o papel de uma única unidade hoteleira, por mais elevada que seja a sua categoria, e tal só se pode atingir com um parque hoteleiro completo. Mas é necessário cuidar melhor, mesmo assim, do aspeto paisagístico da mesma cidade, não descansar à sombra de um investimento elevado e, em especial, quando é feito pelo município, em vez de um privado, com a agravante de se pagar o valor de custo à cabeça para receber do empresário a prestações, com um retorno demasiado lento para não afetar inclusivamente as contas municipais. Disse que gostaria de perguntar à Sra. Presidente da Câmara Municipal se tem conhecimento direto da intenção dos arrendatários de destinar para um clube privado do grupo o primeiro andar do edifício da alfândega, andar esse subtraído aos compromissos assumidos com esta Assembleia Municipal aquando da construção da nova casa da Câmara e, mais ainda, se concorda com a sala de fumo de charutos puros para gente chique que os novos hoteleiros pretendem instalar, segundo entrevista que deram a um jornal de Lisboa, como atrativo para os seus clientes das apregoadas cinco estrelas. E, já agora que se fala de estrelas, gostaria que fosse esclarecida esta Assembleia Municipal qual o organismo que as aprovou e porque não se encontram elas afixadas na fachada da empresa concessionária, como é habitual, nem que seja para luzimento de orgulhos.-----

O Sr. Deputado Municipal **Ricardo José Madeira Cipriano** disse que queria pedir à Sra. Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento relativamente a um contrato de





empreitada que tem a ver com a construção das sedes desportivas dos clubes locais. Tendo analisado o contrato, ele refere no seu objeto unicamente a construção das sedes desportivas dos clubes locais. A questão é quantas é que elas são e se já há algum clube a quem tenha sido atribuído.-----

O Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que, na Assembleia Municipal de seis do dois de dois e dezoito, a bancada do PS tinha recomendado ao executivo camarário que promovesse a passagem por Vila Real da exposição de homenagem a Tossan, ilustre vila-realense, nascido em mil e novecentos e dezoito. Tendo sido obtida a adesão de todas as bancadas, disse que gostaria de saber qual o ponto de situação e quais as démarches que foram feitas no sentido de conseguir que a exposição fosse uma realidade na nossa cidade. Disse também querer aproveitar a oportunidade para relembrar que, a vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, com o reforço a vinte e oito do nove de dois mil e dezoito, tinha solicitado um requerimento de alguma documentação à Sra. Presidente da Câmara, ao Executivo, e que ainda não chegou. Disse saber hoje pela voz do Presidente desta Assembleia que a Mesa da Assembleia não está na posse desses documentos, portanto, deixou aqui mais um alerta relativamente a esses documentos.-----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que seria a quarta pessoa a solicitar a entrega de documentos que foram pedidos. No seu caso pessoal, disse fazer neste mês um ano que está à espera de uns documentos. Visto que, não os obtendo, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que anexasse a esta ata todas as ações tomadas perante a Sra. Presidente para a obtenção dos requerimentos das diversas bancadas e dos diversos membros. Lembrou que o Sr. Presidente da Mesa tinha informado que a documentação que chegava era encaminhada para as bancadas e, assim, denotava que o parecer solicitado à Associação Nacional de Municípios sobre as incompatibilidades que poderiam estar inerentes a algumas funções ou a alguns cargos ainda não teria chegado. Pediu, então, que fosse reforçado perante esta associação, visto ter decorrido, não saberia precisar, mas seriam três meses, que fosse feito esse reforço para que chegasse esse parecer. No seguimento da última Assembleia Municipal, que foi extraordinária, sobre as transferências de competências, disse que deveria chegar alguma informação do Estado sobre as mesmas. Perguntou à Sra. Presidente se tinha chegado essa informação, se não tinha chegado, em que moldes tinha chegado e se já se podia ter algum avanço sobre esta matéria. Questionou também a Sra. Presidente sobre o facto de ter recebido, ou não, a terceira tranche do FAM. Questionou também a Sra. Presidente sobre o valor do orçamento da SGU e disse pensar



(72)

que na Reunião de Câmara de há umas semanas atrás tinha sido aprovada compra de um equipamento informático que seria para instalar nas unidades hoteleiras por causa da taxa turística. Disse querer saber se esse equipamento já foi instalado.-----

O Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** disse querer ouvir pela boca da Sra. Presidente, e perante todos os presentes, se a Câmara ainda tinha casas para dar, ou para alugar, disse não saber como se fazia isso, e disse também gostar de saber por que razão tinha recebido o IMI de dois mil e catorze para pagar.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que a Mesa da Assembleia ia insistir, ainda ao longo da semana corrente, junto da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre as solicitações que tinham sido feitas e relativamente às quais não tinha sido ainda obtida resposta e que iria insistir junto da Câmara Municipal no sentido de esclarecer os Srs. Deputados e as bancadas sobre as situações que persistirem de requerimentos por responder.-----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse ia começar por dar resposta às questões apresentadas sobre a revisão do PAM. Este documento só agora, na semana anterior, tinha sido enviado para o FAM e a terceira tranche ainda não tinha sido recebida. Relativamente a esta questão era tudo o que tinha para dizer. Referiu-se à auditoria que tinha sido entregue e disse que cada Presidente resolve da sua forma utilizar a informação que tem e, portanto, tinha entregado esse relatório da auditoria na Sessão de Câmara. Informou que, quanto ao relatório que tinha vindo do IGAMAOT, tinha sido preparada uma resposta que foi enviada e aguardava-se uma nova resposta do IGAMAOT. Informou que, relativamente a Monte Gordo, os espaços comerciais, por não existirem, o dinheiro foi todo devolvido, no valor de um milhão e duzentos mil euros. Relativamente à questão da internalização, tinha havido uma reunião resultante de um pedido de esclarecimento do Bloco de Esquerda, em que não houve qualquer problema, estiveram o Administrador da SGU, o Dr. Joel Cruz e a Sra. Presidente da Câmara, para esclarecerem algumas questões sobre o futuro da SGU, só que o Bloco de Esquerda deturpou, trabalhou a informação como entendeu. E aquilo que tinha dito naquela reunião foi que, a haver internalização, ter-se-ia de pensar como é que seria a extinção, enquanto o Bloco de Esquerda tinha falado no fecho da SGU. Disse que tinha falado sempre na internalização enquanto o Bloco de Esquerda teimava sempre no fecho da SGU, no encerramento da SGU, que implicava um despedimento coletivo, enquanto tinha falado sempre, a haver internalização, se iria tentar que todos os trabalhadores pudessem passar, juntamente com as ações ou as atividades que estivessem inerentes à SGU passassem para a



②

Câmara Municipal. Disse não ter referido datas, poderia ser até ao final do ano, caso se verificasse essa necessidade, mas não tinha dado datas concretas, nem apontou para situações em que algumas pessoas poderiam ficar de fora. Perguntaram quantas pessoas eram e tinha-lhes dito que eram cento e um trabalhadores. Esteve-se ali a conversar amavelmente e, depois, acabaram por deturpar a conversa que ali tinha havido. Relativamente à questão se era uma imposição do FAM ou se era uma opção estratégica, esta era uma questão que tinha de ser vista. O valor da dívida continua a ser grande, e não escondia nada, como nunca tinha escondido, ao contrário do que dizem sempre, e está a ver qual será a melhor maneira de resolver da melhor maneira de modo a nunca prejudicar os trabalhadores, tendo contemplado e contado os anos de serviço. A este ponto, a Sra. Presidente da Câmara disse pretender corrigir os valores que mencionara da devolução realizada relativamente aos espaços comerciais de Monte Gordo. O valor dessa devolução foi de cento e cinquenta mil euros, porque foi de dez mil por restaurante e cinco mil por cada quiosque, sendo cinco os restaurantes, o que perfaz um total de cinquenta mil euros, e vinte quiosques, perfazendo um total de cem mil euros. Pediu desculpa pelo lapso e disse que o valor anteriormente mencionado se referia ao valor da obra. Voltando ao assunto dos funcionários da SGU, disse que tinha realizado várias reuniões com eles e que os ia pondo a par destas questões. Disse que não era uma situação fácil com a internalização, mas era no seu mandato e era no seu mandato que poderia, ou não acontecer. Relativamente à questão levantada pela Sra. Deputada Municipal **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro**, disse que a Sra. Vereadora lhe transmitira que, no dia vinte e cinco de abril, a sessão solene iria decorrer nesta sala da Biblioteca Municipal e lhe seria atribuído o nome de Manuel Gomes. À questão levantada pelo Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** respondeu dizendo que o requerimento ia ser entregue na Câmara Municipal na sessão de Câmara seguinte. E a quanto estava a ser divulgado relativamente ao Hotel Guadiana, disse ter conhecimento de quanto estava ali a acontecer e sobre o futuro da Alfândega pode-se conjecturar muita coisa, no entanto aquele edifício, tal como o Hotel e o Beach Club continuam a ser da Câmara Municipal, quando a concessão passar para outra entidade, esta poderá falar ou conjecturar sobre qual seria o futuro. Quanto à Alfândega disse lembrar-se que o Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** sempre tinha falado na sala da Alfândega para a Assembleia Municipal.-----

Neste momento, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** que recordou uma reunião de programação das obras da Casa da Câmara e que, nessa

*ilham*

altura, não se tinha levantado nenhuma objeção ao plano de obras porque se dissera que a Assembleia Municipal até seria beneficiada porque teria a sua sala de reuniões no Edifício da Alfândega. Posteriormente, quando se perguntara ao anterior Sr. Presidente da Câmara Municipal quando seria a passagem da Assembleia para o Edifício da Alfândega, ele teria respondido, *ipsis verbis*, “era o que faltava que eu me estivesse a preocupar com a comodidade dos senhores membros da Assembleia Municipal”. O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** disse que isto lhe tinha ficado gravado para sempre. Retomando a palavra a Sra. **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** recordando que a exposição que referira já tinha estado no Centro Cultural, quando o Sr. Presidente da Assembleia era Vereador da Cultura, de qualquer modo tinham sido feitas todas as diligências para se conseguir trazer a exposição para Vila Real. Não se conseguiu esse sucesso ainda que, segundo informou a Sra. Vereadora Carla Sabino, o pedido tivesse sido reforçado com o pedido conjunto da Câmara Municipal de Loulé, para se trazer a exposição para o Algarve. Relativamente a questões levantadas pela Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques**, sobre a transferência de competências, informou que já tinham chegado à Câmara Municipal os Diplomas relativos à saúde e da educação e das restantes ainda não tinham chegado. De qualquer forma, não chegaram dinheiros nenhuns, e as perspetivas, relativamente à saúde. Relativamente ao equipamento para a taxa hoteleira, não tinha sido adquirido nenhum equipamento, mas sim uma plataforma para que todos os hoteleiros, alojamentos locais e todos os agentes de turismo se pudessem inscrever para começar a enviar os valores da taxa hoteleira que, infelizmente, quase nenhuns ainda chegaram, estão a cumprir. E informou esta Assembleia que os alojamentos locais cumprem muito mais que os hoteleiros. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**, sobre as habitações sociais, informou que só havia três habitações meio disponíveis, e disse “meio disponíveis” porque havia processos que ainda estavam em tribunal, e havia mil pedidos de habitação social dentro da Divisão de Ação Social. Neste sentido, e porque se torna difícil atribuir uma habitação, tem de se reformular o regulamento, de qualquer modo atribuir as três habitações, que, como disse, ainda não estavam totalmente libertas, era muito injusto, com os mil pedidos de habitação social, entregar três. De qualquer modo, era esta a notícia que tinha para dar. A Divisão da Ação Social está a trabalhar na revisão do regulamento, o mais realista possível, mesmo assim não se conseguiu criar um fogo, não há verba para isso, quanto mais difícil seria criar mil fogos. O

problema da habitação social está a agravar-se, não só aqui, como em todo o país, derivado ao turismo, derivado à vinda de pessoas de outras nacionalidades, está difícil o aluguer e, portanto, é uma situação que se vai ver a sua evolução. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal **Ricardo José Madeira Cipriano**, disse que as sedes construídas são pequenas sedes e que iam ser entregues aos clubes para, depois, serem finalizadas por eles. São muito pequeninas, quase como salas de arrumos e encontram-se debaixo da bancada do novo polidesportivo descoberto. Questionada ainda sobre o valor do orçamento da SGU, a Sra. Presidente disse que posteriormente viriam a esta Assembleia as contas da Câmara Municipal e, embora não tivesse que vir em conjunto o orçamento da SGU, seria dado o conhecimento pertinente. -----

E, não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia e deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.

#### **1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida no período compreendido entre a última Assembleia e a presente sessão foi enviada por correio eletrónico aos líderes de cada uma das bancadas, nomeadamente: -----

##### **- Do Grupo Parlamentar Os Verdes:** -----

. Projeto de Resolução - Alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta; -----

. Projeto Resolução N.º 1861/XIII/4ª - Eliminação da cobrança de portagens na Via do Infante; -----

. Projeto Resolução N.º 1869/XIII/4ª - Reversão da Privatização dos CTT;-----

##### **- Do Grupo Parlamentar do PCP:** -----

. Resposta do Governo à pergunta do PCP sobre reabilitação do cais das embarcações marítimo-turísticas em Vila Real de Santo António; -----

. Apreciações Parlamentares-quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e intermunicipais; -----

. Apreciação Parlamentar DL 5/2019 (Regularização de dívidas das autarquias locais no âmbito do setor das águas); -----



P

- Da CPCJ de Vila Real Santo António: -----

. Relatório de Atividades relativo ao ano de 2018; -----

- Da Associação de Parques Campismo Alentejo Algarve: -----

. Taxas Turísticas no sector do Campismo; -----

- Da ANAM os seguintes pareceres: -----

. Renúncia – parecer Intercalar; -----

. Incompatibilidades/Impedimentos de membros da Assembleia Municipal; -----

. IRS Participação Variável do Município. -----

- Do Município de VRSA: -----

. Atribuição de Numeração Policial nas Freguesias de Vila Real de Santo António, Monte Gordo e Vila Nova de Cacela. -----

## 2. APROVAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que esta era uma proposta apresentada pelo Sr. Vereador Rui Pires, aprovada por **MAIORIA** na reunião de câmara de cinco de fevereiro de dois mil e dezanove, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta e Célia Paz, e solicitou eventuais intervenções sobre as mesmas.-----

O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** disse que havia, no ponto quinto do texto da proposta, uma referência aos produtos químicos que deixam de ser pagos pela Câmara Municipal e cobrados nas respetivas taxas e passam a ser colocados pelas empresas funerárias que, depois, passarão a cobrá-las às pessoas. Disse não ser coisa que desse para inviabilizar uma proposta, mas gostaria de saber qual é o valor que está em causa para saber se afeta muito ou pouco as famílias.-----

O Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que gostaria de obter uma clarificação porque não entendia a terminologia empregue no texto, isto independentemente do sentido de voto da bancada do Partido Socialista, relativamente a este ponto. Assim, solicitou a clarificação à Sra. Presidente da Câmara ou ao Sr. Vereador do Pelouro sobre o significado da expressão “exumações não consumadas”, contida no ponto cinco, aditado ao artigo décimo terceiro do regulamento do cemitério, qual é verdadeiramente o significado dessa expressão, mais nada.-----

72

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que este regulamento já foi a Sessão de Câmara, esteve em período de discussão pública e não houve qualquer questão. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz**, disse que era uma quantia mínima, cinquenta, quarenta, ou até menos. Normalmente quem trata disto são as funerárias que, parece, já era cobrada às famílias. Neste momento está incluído aqui, mas já era cobrado pelas funerárias às famílias, simplesmente já está agora em regulamento, coisa que anteriormente não constava. Segundo informação disponível, é assim em todo o país. A substância em questão acelera a decomposição dos corpos em meio anaeróbio, ou seja, sem a presença de oxigénio e, portanto, é utilizado este produto para que mais facilmente os corpos se decomponham, é um bocado mórbido falar disto, a decomposição seja mais rápida para serem colocados, após as famílias autorizarem, o Sr. Presidente da Junta sabe de que é que se está a falar, para que, infelizmente, possam ser colocados os ossos numa caixa e, portanto, para que esta decomposição seja mais rápida.-----

O Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que tinha percebido a explicação da Sra. Presidente. A sua intervenção ia no sentido da clarificação da expressão “exumações não consumadas”. Isto, porque o artigo décimo terceiro fala de inumação e parecia-lhe que o ponto cinco migra do artigo quadragésimo primeiro para o décimo terceiro e o ponto quinto fala em exumações num capítulo que fala de inumações. Era só por isso, não havia aqui qualquer tentativa de absolutamente nada: era só perceber a lógica.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou à Sra. Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder ou, tratando-se de questões muito técnicas preferia passar a palavra ao Sr. Vereador Rui Pires para que este respondesse, o que veio a acontecer.-----

O Sr. **Vereador Rui Pires** disse que para haver inumação tinha que haver, primeiro, exumação. Exumação é retirar o corpo e, depois, inumam outra vez o corpo que é enterrar ou depositar os restos mortais da pessoa. “Exumações não consumadas” pressupõe uma segunda inumação.-----

Não havendo intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da bancada do **PS**. -----

*ilms*



72

### 3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NA RUA DE ISLA CRISTINA, FREGUESIA DE MONTE GORDO; -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que esta era uma proposta apresentada pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** na reunião de câmara de dezanove de fevereiro de dois mil e dezanove, com a abstenção dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Manuel Pôla Alturas.-----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** disse tratar-se de uma situação em que já existe construção e que se trata de legalizar algo. A única coisa que parece necessitar de esclarecimento, e é essa a razão pelo qual a bancada do PS não pode dar o seu voto favorável, embora esteja de acordo com o princípio que, aliás, tem sido repetido numa série de coisas. Há uma série de situações que foram resolvidas de particulares e agora é uma situação de uma empresa, aliás esta empresa já é a segunda ou terceira situação de ocupação de espaço público que vem aqui, e a pergunta que faz o Sr. Deputado Municipal é precisamente quanto é que o município vai receber. De qualquer das formas, a bancada do PS entende que deveria ter vindo aqui a informação técnica do que é que lá está edificado, qual é o valor que o município vai receber e a justificação técnica para esse valor, como é que foi encontrado esse valor e o parecer jurídico que demonstre que se está a cumprir todos os requisitos legais. E, se isto estivesse instruído com estes dados, mereceria o voto favorável da bancada do PS porque esta bancada entende que é importante deixar estas situações, estas e outras que existam, regularizadas, mas também tem de se ter em atenção e o cuidado para não criar situações que possam vir a causar àqueles que votam algum problema no futuro, face a qualquer interpretação menos correta e não há aqui nada, do ponto de vista jurídico, que lhes dê qualquer proteção. Esta crítica vem no sentido de procurar, no futuro, em processos semelhantes, a Câmara fazer um esforço adicional para o trazer devidamente instruído. E o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** disse estar certo de que a Sra. Presidente e os Srs. Vereadores, quando tomaram esta decisão, foram devidamente informados, o problema é que ele próprio, enquanto pessoa que tem que votar e os membros da bancada do PS não têm a mesma informação que aqueles têm e, portanto, a bancada do PS não pode dar o seu voto, embora esteja de acordo, não podem manifestar a sua intenção exata porque não têm informação de sustentabilidade e, se isso estivesse aqui, evitava esta intervenção e já se tinha despachado o ponto.-----

*unm*



O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que a Mesa da Assembleia tinha levantado a questão a que aludira o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal**, porque lhe competia um esforço preliminar de compreensão dos processos que vêm à Assembleia, e que lhe foi explicado que haveria dois tempos neste procedimento. A própria Mesa se questionava, pois não lhe parecia que estivesse completo o procedimento, tal como está neste momento. Neste ponto, portanto, trata-se de um primeiro aspeto, que é a desafetação, e que o assunto terá depois de vir novamente à Assembleia. De qualquer modo, perguntou à Sra. Presidente se queria intervir sobre o ponto em questão.-----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal**, que há tantos anos anda aqui, deveria saber que há duas fases para uma possível compra deste terreno, compra que irá rondar os trezentos mil euros, dinheiro que entra para a Câmara Municipal. Aqui trata-se da primeira fase, que é a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal e, seguidamente, é que terá de vir nova proposta para a compra, tal como veio nas outras duas situações que já foram legalizadas, que estavam por legalizar. Informou que já se fez a escritura da primeira que aqui veio e, agora, trata-se de um hotel já muito antigo, que sofreu várias alterações e, portanto, está na hora da Câmara Municipal tentar pôr todas estas situações em condições. Esta primeira fase é só para aprovar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal e, a seguir, virá, então a compra deste terreno e que terá de seguir todos os trâmites legais para, depois, voltar, então, à Sessão de Câmara e vir aqui à Assembleia já com o valor da venda, como se faz em todas as vendas e, assim, já o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal**, iria mudar o seu sentido de voto, de certeza. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que, até ao momento, não tinha feito ainda nenhuma intervenção, mas aqui queria dizer uma coisinha. Disse que, efetivamente, levou-se o mandato todo a funcionar nesta situação. Isto era já a preparação para eventuais escritas e conversas que hão de sair aí nas redes sociais, comunicados para os jornais e companhia limitada. Este procedimento, diga-se o que se disser e queixem-se do que se quiserem queixar, é um procedimento extremamente ofensivo porque agora quem se enganou e falhou foi a bancada do Partido Socialista, quando isto é um procedimento mais do que habitual. Mas, no entanto, se se atentar bem, e era bom que as pessoas que ali estavam ouvissem bem isto, se se atentar naquilo que foi dito a princípio, é sempre na base

da desconfiança, é sempre na base da falta de documentos, é sempre na base de que se está a esconder qualquer coisa. Isto é muito grave. Isto é pôr em causa o funcionamento democrático de uma instituição.-----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que a sua bancada tinha ouvido atentamente os esclarecimentos da Sra. **Presidente da Câmara Municipal** e que as suas dúvidas tinham de ser esclarecidas e a explicação da Sra. **Presidente da Câmara Municipal** foi tão eloquente que a bancada do PS, atendendo à sua explicação, iria alterar o seu sentido de voto. Era só para dizer isto. Vir aqui com insinuações, como fez o Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita**, é que era, na sua ótica, lamentável porque não abdicava, enquanto estivesse ali sentado, dos seus direitos e das suas obrigações enquanto deputado municipal e tinha que exercê-los e é questionando a Sra. Presidente e era questionando a Mesa que os exercia, não era fora daqui, mas era aqui que os exercia.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

#### **4. AUTORIZAÇÃO PARA A CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAL – NEUREIFEN EMPREENDIMENTOS,S.A.;** -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que esta era uma proposta apresentada pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** na reunião de câmara de dezanove de fevereiro de dois mil e dezanove, com a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal e os votos contra dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Manuel Pôla Alturas. -----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que a sua intervenção era só para esclarecer aqui o sentido de voto da bancada do PS. O contrato que era apresentado, ou melhor, a redação do contrato, é datada do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, portanto anterior à inauguração do próprio estabelecimento e aquilo que se estipula é a cessão contratual, ou seja, com efeitos retroativos à data de vinte e seis de novembro de dois mil e dezasseis, data em que foi assinado o contrato de promessa de locação com a entidade que se encontra neste momento a explorar o estabelecimento, daí o seu sentido de voto será contra.-----

O Sr. Deputado Municipal **José Estêvão Correia da Cruz** disse que, quando foi feito este concurso público, a CDU esteve contra, por razões que já explicou, houve votação, a maioria

venceu e, daí, estava o assunto arrumado. Mas este contrato foi feito, não diz que foi feito com pedra no sapato, porque se pode analisar mais profundamente, porque ele dizia que esta NEUREIFEN que ganhou o concurso público só podia, aliás, a empresa que ganhasse o concurso público, dizia o contrato, nunca poderia ceder à exploração a mais ninguém, a não ser que fosse à Modelo-Continente, que é como está escrito no contrato: só pode ceder a exploração deste estabelecimento à Modelo-Continente. E terá sido isso que fez, para não dizer os outros que concorreram, estavam em desvantagem, e também se poderá argumentar que eles não eram obrigados a ceder a exploração. Só em caso de cedência é que se punha esta questão. Ora, precisava-se de um parecer jurídico para saber se pode ser anulada uma concessão que foi dada num concurso público, uma cláusula de um concurso público em que houve empresas a concorrer que, se calhar, foram condicionadas por aquela cláusula, e aqui, agora, sai-se de uma cessão a uma empresa que é a Modelo-Continente, a o ex-Presidente da Câmara e a Sra. Presidente disseram que é uma coisa pequena, não tem lá wortens nem tem lá outras, nem fnacs, nem nada disso, uma coisa pequena e, agora, sai-se desta Modelo-Continente para ir para a Modelo Hipermercados, que já tem Worten e que já tem outra empresa que pode, naturalmente, vir, no futuro, a afetar o comércio em Vila Real de Santo António. Portanto, havia uma consideração de natureza política, que era esta, em relação à saída de uma empresa Modelo-Continente para a Modelo Hipermercados, e há outra questão que é fundamental que fazia perguntar se era possível, que era tirar esta do caminho, como se fosse introduzir a outra empresa na cláusula. E perguntou se se ia introduzir retroativamente que quem estava na cláusula era a Modelo Hipermercados e não a Modelo-Continente. Assim, disse ter fortes dúvidas se isto não teria de ser revisto e se isto não teria de vir para aqui com um parecer jurídico a sério, porque isto tinha implicações de carácter financeiro e tinha implicações em quem votar. Pediu à Câmara Municipal que refletisse sobre esta matéria, que fosse apurar melhor uma realidade, que trouxesse para aqui um parecer jurídico verdadeiramente fundamentado, porque se as suas razões políticas são derrotadas, muito bem, agora as razões jurídicas é que é mais complicado, isto tem a ver com a vida das pessoas.-----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que em termos de alteração de área e em termos de alguma alteração ao projeto não iria haver, enquanto se falava de Wells e outro tipo de atividades não iria haver lá nada. Isto era uma questão que fora pedida dentro do Grupo Sonae, de qualquer modo, poder-se-ia ter um parecer jurídico, embora fosse votado



hoje, poder-se-ia trazer na próxima Assembleia, poderia não ser na próxima, mas far-se-ia chegar ao Presidente da Mesa da Assembleia um parecer jurídico sobre este assunto.-----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** disse que isto não se tratava de qualquer ação capitalista, no sentido de explorar as pessoas, nem de fazer nada de diferente, nem de jogadas financeiras, nem nada. O Grupo Sonae está numa recomposição das marcas e acabou com a marca "Modelo". É só isso. Mais: agora as marcas são todas "Continente", pode haver Continente Conveniência, ou outras, são as lojas mais pequeninas. O Grupo Sonae unificou as marcas, era só isso, e daí a necessidade de fazer isto. Aí estava o grande problema desta situação.-----

O Sr. Deputado Municipal **José Estêvão Correia da Cruz** disse que era precisamente por essa questão que levantava isto. Era a NEUREIFEN que concorria, depois era a Modelo-Continente que fazia, depois desaparecia a Modelo-Continente, depois desaparecia a NEUREIFEN, depois aparecia outra. Isto, no fundo, é o funcionamento do sistema, mas é um funcionamento profundamente errado de um sistema para nos prejudicar. Era só isso que queria aqui lembrar.-----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que a Sra. Presidente da Câmara Municipal se tinha comprometido a apresentar na Assembleia Municipal um parecer jurídico sobre este assunto e disse que, aparentemente estando tudo esclarecido, para que não ficassem dúvidas sobre a legalidade da questão, seria muito útil então. E, não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e com os votos contra das bancadas do **PS** e da **CDU**. -----

A bancada do **PS** que apresentou uma Declaração de Voto, que leu: "A bancada do PS votou contra esta proposta de alteração da concessão porque desde o início sempre estivemos contra a localização do estabelecimento e quanto à forma de contrato do mesmo, mas também porque temos sérias dúvidas legais sobre a possibilidade de alterar com esta deliberação um contrato feito na sequência de um concurso público.-----

##### **5. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.** -----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que pedia a palavra sobre isto para repor, para novamente recordar aqui uma questão regimental de que tem falado em

*72*

diversas assembleias, mas que continua infelizmente a não ser atendida, apesar de, diga-se, relativamente à informação financeira, hoje, estar muito melhorada relativamente ao mandato anterior. Declarou que já o dissera aqui uma vez e repetia. Disse que, no entanto, continuava a faltar um conjunto de informações que estão previstas no artigo décimo sexto do regimento e que, portanto voltava a insistir com a Sra. Presidente o favor de procurar sensibilizar os serviços porque obviamente a Sra. Presidente assina, mas, se não tiver quem lhe dê as informações também não as poderá colocar no seu relatório. E, portanto, disse voltar a insistir no sentido de dar cumprimento ao que está previsto no artigo décimo sexto do regimento desta Assembleia. Disse também que, no entanto, gostaria de deixar aqui alguma apreensão pelo facto de se estar aqui a receber informação sobre um mês de orçamento e realmente percebe, ao ler esta informação, percebe bem as suas dificuldades, os seus problemas, porque, de facto, ter uma taxa de execução do orçamento de noventa por cento comprometida ao fim do primeiro mês dá uma margem reduzidíssima, está-se a falar de uma margem de cerca de três milhões e novecentos mil euros para gestão ao longo de onze meses fora das despesas que já foram assumidas com o pessoal e com as outras despesas correntes deste ano e de outras que provêm de exercícios anteriores e, portanto, isto torna-se uma gestão quase que, diga-se, impossível, impossível não é, mas é quase, mas é preocupante termos chegado a este ponto e é preocupante ver e ter aqui espelhadas as dificuldades que a Sra. Presidente sente. Daí, portanto, a importância destes relatórios e a importância qua a verdade espelhada neste relatório agora apareça e que durante anos não apareceu que, se calhar, se tivesse sido cumprido com determinação em exercícios anteriores, se calhar os sinais de alerta que os outros davam e que muitos se riam por o PS os ter dado, teriam sido atendidos mais cedo, e ter-se-ia hoje uma situação financeira muito melhor para todos e, portanto, e resumindo, pediu desculpa pela insistência e, por favor, que se desse cumprimento ao que estava regimentalmente estatuído naquilo que são as informações que o relatório da Sra. Presidente devia conter e isto é um ponto que é muito importante para o PS porque lhe vai permitir uma análise mais aprofundada da evolução e daquilo que está a ser feito ao longo do ano. -----

Passou-se ao **período de intervenção do público**, e não houve intervenções a registar. -----

E de tudo, para constar, se lavrou esta Ata sob a forma de minuta que foi lida em voz alta, e que, colocada a votação, foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

*18*

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e dezoito minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

*José Carlos Barros*  
(José Carlos Barros)



O Primeiro Secretário,

*João Manuel L. Rodrigues*  
(João Manuel L. Rodrigues)

*W. A. S. A.*







ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Isabel Paiva  
Miguel Galvão  
Anabela Peres  
José Luis Nunes  
Nuno Tavares

Junta-se à  
Acta.  
Mano  
25. FEV. 2019

Exmos. Senhores

1. O presente relatório é emitido nos termos da nossa proposta de auditoria, de 4 de Janeiro de 2006.
2. Procedemos ao exame limitado das contas do Município relativas ao exercício findo em 21 de Outubro de 2005 de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. O nosso exame recaiu sobre as operações ocorridas nos anos de 2004 e 2005, com incidência no apuramento de passivos não reflectidos nas contas encerradas a 21 de Outubro de 2005.
3. Foram adoptados os procedimentos aplicáveis constantes da nossa proposta acima referenciada, que conjuntamente com os resultados do trabalho efectuado passamos a referir:

af



**ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Isabel Paiva  
Miguel Galvão  
Anabela Peres  
José Luís Nunes  
Nuno Tavares

**BALANÇO**

		2005		
	PT	CONTAS A 21.OUT	AJUSTAMENTOS	CONTAS AJUST.
ACTIVO				
IMOBILIZADO				
BENS DE DOMINIO PUBLICO		13.339.559,17		13.339.559,17
IMOB. INCORPÓREAS	C	0,00		0,00
IMOB. CORPÓREAS	D	17.348.952,24		18.543.952,24
PONTO (4)			270.000,00	
PONTO (5)			75.000,00	
PONTO (6)			-560.000,00	
PONTO (21)			20.000,00	
PONTO (34)			9.000,00	
PONTO (38)			800.000,00	
PONTO (39)			500.000,00	
PONTO (41)			81.000,00	
INV. FINANCEIROS	E	309.355,00		309.355,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS	F	0,00		0,00
DIV.DE TERC. M/L PRAZO	G	0,00		0,00
DIV. DE TERC. C/PRAZO	H	528.003,77		528.003,77
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	I	0,00		0,00
DEP. BANCARIOS E CAIXA	J	1.197.485,34		1.197.485,34
ACRÉSC. E DIFERIMENTOS	K	44.853,96		84.853,96
PONTO (43)			40.000,00	
TOTAL DE ACTIVO		32.768.209,48	1.235.000,00	34.003.209,48
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
FUNDOS PRÓPRIOS	L	24.815.603,54	-6.440.000,00	12.965.603,54
PONTO (50)			-310.000,00	
PONTO (51)			-7.000.000,00	
PONTO (53)			1.900.000,00	
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		24.815.603,54	-11.850.000,00	12.965.603,54
PROVISÕES P/RISCOS E ENC.	M	0,00		0,00
DÍVIDAS A TERC. M/L PRAZO	N	2.789.491,50		2.789.491,50
DÍVIDAS A TERC. A C/ PRAZO	O	5.163.114,44		7.798.114,44
PONTO (14)			700.000,00	
PONTO (21)			20.000,00	
PONTO (34)			9.000,00	
PONTO (38)			800.000,00	
PONTO (39)			500.000,00	
PONTO (42)			81.000,00	
PONTO (52)			300.000,00	
PONTO (50)			225.000,00	
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	P	0,00		10.450.000,00
PONTO (51)			10.000.000,00	
PONTO (50)			450.000,00	
TOTAL DE PASSIVO		7.952.605,94	13.085.000,00	21.037.605,94
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		32.768.209,48	1.235.000,00	34.003.209,48

*Ug*

Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha - Tel. 214 146 210 - Fax 214 146 219  
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro - Tel. 289 894 949 - Fax 289 894 946  
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 - 2.º - 7300 - 133 Portalegre - Tel. 245 609 358 - Fax 245 309 030  
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900 - 037 Horta - Tel. 292 392 601 - Fax 292 392 601  
SROC n.º 64 - CS 6.000 Euros - C.R.C. Cascais - Matrícula/NIF n.º 502 215 399 - Inscrição n.º 4737 na CMVM - www.lpsroc.pt